



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ANO DE 2017**

**CENTRO SOCIAL DE CASAL DE ERMIO**



Entidade: Centro Social Casal Ermio

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo para ME)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		31.779,51	0,00
Subsídios à exploração		103.054,14	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-25.915,14	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-15.482,68	0,00
Gastos com o pessoal		-87.070,71	0,00
Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		3.967,45	0,00
Outros gastos e perdas		-35,98	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>10.296,59</b>	<b>0,00</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10.111,83	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>184,76</b>	<b>0,00</b>
Gasto líquido de financiamento		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>184,76</b>	<b>0,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>184,76</b>	<b>0,00</b>

Contabilista Certificado

, TOC n.º 65558

Pela Gerência / Administração

Órgão de Gestão

Contabilista Certificado

Entidade: Centro Social Casal Ermio  
 BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (modelo para ME)

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		139 322,30	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		219,79	0,00
Accionistas / sócios		0,00	0,00
		<b>139 542,09</b>	<b>0,00</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 050,50	0,00
Clientes		5 245,36	0,00
Estado e outros entes públicos		695,19	0,00
Diferimentos		1 328,45	0
Outros activos correntes		4 060,22	0,00
Caixa e depósitos bancários		14 003,42	0,00
		<b>26 383,14</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do activo</b>		<b>165 925,23</b>	<b>0,00</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrominiais</b>			
Fundos		150 875,75	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-44 312,58	0,00
Outras variações Fundo Patrimonial		32 853,00	0,00
Resultado líquido do período		184,76	0,00
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>139 600,93</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		486,22	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>486,22</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		2 463,61	0,00
Estado e outros entes públicos		2 404,57	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		2 012,27	0,00
Outros passivos correntes		18 957,63	0,00
		<b>25 838,08</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>26 324,30</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>165 925,23</b>	<b>0,00</b>

Órgão de Gestão

Contabilista Certificado

1



# ANEXO

## 2017

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	Centro Social Casal Ermio
Morada	Casal de Ermio
Código postal	3200-010
Localidade	Lousã

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	504672410
Classificação de actividade económica (CAE)	94991
Conservatória	

O Órgão de Gestão

---

O Contabilista Certificado



---

## ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	3
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	3
4 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	4
5 - ATIVOS INTANGÍVEIS .....	5
6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	6
7 - INVENTÁRIOS .....	7
8 - RENDIMENTOS E GASTOS .....	8
9 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	11
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	12
12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	12
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	13
14 - AGRICULTURA .....	13
15 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO .....	13
16 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS .....	13
17 - OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	14

## Centro Social Casal Ermio

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros, arredondados á unidade de euro)

#### 1 - Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Centro Social Casal Ermio

A entidade não se encontra em liquidação.

1.2 Lugar da sede social: Lousã

1.3 Natureza da atividade: centrosERMIO@mail.telepac.pt

#### 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No exercício em análise as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

##### 2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

##### 2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

#### 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

##### 3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do ano anterior, e descritas nas respetivas notas anexas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 - Para além das estimativas contabilísticas que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas, não foram utilizados juízos de valor na elaboração destas demonstrações financeiras.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

3

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

3.3 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

3.4 - Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

#### 4 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.



A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2017:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1-jan-17	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31-dez-17
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	26.384	-	-	-	26.384
Edifícios e outras construções	204.395	-	-	-	204.395
Equipamento básico	46.304	-	-	-	46.304
Equipamento de transporte	39.815	-	-	-	39.815
Equipamento administrativo	14.421	-	-	-	14.421
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	27.530	-	-	-	27.530
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>358.849</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>358.849</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(81.800)	(9.891)	-	-	(91.691)
Equipamento básico	(46.016)	(220)	-	-	(46.237)
Equipamento de transporte	(39.815)	-	-	-	(39.815)
Equipamento administrativo	(14.421)	-	-	-	(14.421)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(27.363)	-	-	-	(27.363)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(209.415)</b>	<b>(10.112)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(219.527)</b>
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>149.435</b>	<b>(10.112)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139.322</b>

## 5 - Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Ativos Intangíveis-Programas Software	3

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2017 e 2016:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1-jan-17	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31-dez-17
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
<b>Total do ativo bruto</b>	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	-	-	-	-	-

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2016				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1-jan-16	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31-dez-16
Goodwill	-	0	0	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	0	0	-	-
Programas de computador	-	0	0	-	-
Propriedade industrial	-	0	0	-	-
Outros ativos intangíveis	-	0	0	-	-
<b>Total do ativo bruto</b>	-	-	-	-	-
Total de amortizações acumuladas	-	0	0	-	-
Total de perdas por imparidade	-	0	0	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	-	-	-	-	-

## 6 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica podem ser capitalizados como parte do custo desse activo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Não foram capitalizadas quaisquer quantias no exercício relativas a custos com empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente

atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Quando aplicável, os saldos de empréstimos obtidos em aberto são os que se apresentam a seguir:

#### Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

LOCAÇÕES	31-dez-17		31-dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	-	-	-	-

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições impostas.

#### Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Em 31 de Dezembro de 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-17		31-dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	486	-	-	-
<b>Total</b>	<b>486</b>	-	-	-

## 7 - Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2017, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/17	31/dez/16
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	907	-
Compras	26 059	-
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	- 25 915	-
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	1 051	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	1 051	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e at. biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos:	1 051	-

#### Variação nos Inventários da Produção

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Variação nos Inventários da Produção períodos de 2017

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos	-	-
<b>Total</b>	-	-

#### Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2017

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	31-dez-17	31-dez-16
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(25.915)	-
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
<b>Total</b>	<b>(25.915)</b>	-

## 8 - Rendimentos e gastos

### Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito é reconhecido quando pode ser razoavelmente mensurável, e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda

estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2017

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31-dez-17	31-dez-16
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	31.780	-
<b>Total:</b>	<b>31.780</b>	-

  

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31-dez-17	31-dez-16
Nacional	31.780	-
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
<b>Total:</b>	<b>31.780</b>	-

#### Resultados Financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2017

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	-	-

#### Outros rendimentos e ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2017

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16
Rendimentos suplementares	3.546	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos	421	-
<b>Total</b>	<b>3.967</b>	-

#### Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-17	31-dez-16
Subcontratos	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>6.724</b>	-
Trabalhos especializados	5.075	-
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	81	-
Honorários	240	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	1.314	-
Outros	13	-
<b>Materiais</b>	<b>2.576</b>	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	638	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	363	-
Artigos para oferta	-	-
Outros	1.575	-
<b>Energia e fluidos</b>	<b>3.271</b>	-
Eletricidade	-	-
Combustíveis	3.271	-
Água	-	-
Outros	-	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>2.911</b>	-
Rendas e alugueres	730	-
Comunicação	1.099	-
Seguros	804	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	153	-
Outros serviços	125	-
<b>Total</b>	<b>15.483</b>	-

Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2017

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(10.112)	-
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
<b>Total</b>	<b>(10.112)</b>	-

Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2017

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	1	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	35	-
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
<b>Total</b>	<b>36</b>	-

**9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O órgão de gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

**10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

11

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2017:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Subsídios do Estado e outros entes públicos	103.054	-
Subsídios de outras entidades	-	-
<b>Total</b>	<b>103.054</b>	<b>-</b>

### 11 - Instrumentos financeiros

O instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Quando existem este tipo de ativos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato ao custo.

Não foram registados ativos ou passivos financeiros no exercício.

### 12 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem, os benefícios a curto prazo, os benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo dos empregados, benefícios de cessação de empregos, e benefícios de remuneração em capital próprio.

Entre os benefícios de curto prazo estão os ordenados, salários e contribuições para a Segurança Social.

#### Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2017:

GASTOS COM PESSOAL	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	(68.578)	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(13.537)	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(772)	-
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	(4.184)	-
<b>Total</b>	<b>(87.071)</b>	<b>-</b>



REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO PESSOAL AREAS-CHAVE	31-dez-17	
	Órgãos	Supervisão
	Administração	Direção
Total de remunerações		
Total de benefícios a curto prazo		
Total benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios a longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Benefícios de remuneração em capital próprio		
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal		
<b>Total</b>	-	-
N. de Trabalhadores		

### 13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não foram identificados acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos, nem a divulgação.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

### 14 - Agricultura

Não aplicável.

### 15 - Contratos de construção

Não aplicável.

### 16 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

13

**17 - Outras divulgações**

17.1 - Relacionamento com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe:

---

17.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

---

17.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

ENTIDADE RELACIONADA	Transações		Saldos pendentes	
	Alienações	Aquisições	Devedor	Credor

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.